

**PERCEPÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, EFETIVIDADES E
POSSIBILIDADES**

PERCEPTIONS ABOUT CULTURAL HERITAGE, EFFECTIVENESS AND
POSSIBILITIES

Alejandra Saladino
Tiago Silva Alves Muniz

Como citar este artigo:

SALADINO, Alejandra; MUNIZ, Tiago Silva Alves. Percepções sobre patrimônio cultural, efetividades e possibilidades. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.34, p. 326-336, Jul-Dez. 2020.

Recebido em: 16/07/2020
Aprovado em: 19/11/2020
Publicado em: 22/12/2020

ISSN 2316 8412

Percepções sobre patrimônio cultural, efetividades e possibilidades

Alejandra Saladino^a

Tiago Silva Alves Muniz^b

Resumo:

As Perguntas & Respostas (Q&A) abaixo convidam à reflexão sobre patrimônio cultural, sua institucionalização, conflitos/negociação e abordagens desde o patrimônio aplicado aos estudos de patrimônio crítico. Aspectos sobre patrimônio integral, educação patrimonial, patrimônio arqueológico e sua relação com museus, profissionais da arqueologia e sociedade são alguns dos tópicos aqui abordados. Para debater tais tópicos, Alejandra Saladino, museóloga, especialista em conservação, mestra em arqueologia e professora Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN) compartilha seu ponto de vista mirado para uma sociedade sustentável.

Abstract:

The Questions & Answers (Q&A) below invites to reflect on cultural heritage, its institutionalization, conflicts / negotiation and approaches from applied heritage to critical heritage studies. Aspects about integral heritage, heritage education, archaeological heritage and its relationship with museums, archeology professionals and society are some of the topics covered here. To discuss such topics, Alejandra Saladino, museologist, conservation specialist, master in archeology and professor Department of Museological Studies and Processes at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO) and the Professional Master in Cultural Heritage Preservation (IPHAN) shares their point of view aimed at a sustainable society.

Palavras-chave:

patrimônio aplicado, patrimônios futuros, estudos de patrimônio crítico, educação em museus, educação patrimonial, teoria e método em arqueologia, sustentabilidade

Keywords:

applied heritage, heritage futures, critical heritage studies, heritage education, theory and method in archaeology, sustainability

^a Museóloga (UNIRIO), Especialista em Conservação de Bens Culturais Móveis (EBA/UFRJ), Mestre em Arqueologia (MN/UFRJ) e em Memória Social (UNIRIO), Doutora em Ciências Sociais (UERJ), professora do Departamento de Estudos e Processos Museológicos da UNIRIO e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN). Email: alejandrasaladino@gmail.com

^b Arqueólogo, Pesquisador visitante no Departamento de Ciências Culturais, Linnaeus University, Suécia; Doutorando em Antropologia (Arqueologia) na Universidade Federal do Pará. Email: tiago.samuniz@gmail.com

1. **O patrimônio cultural, enquanto ferramenta analítica, discurso e prática, vincula-se fortemente ao ideário ocidental. Engendrado no campo acadêmico, institucionalizado na UNESCO (numa perspectiva transnacional) e vivenciado no cotidiano dos grupos sociais, resulta das combinações e fricções entre os campos político, econômico, jurídico-legal e sócio-cultural. Quais poderiam ser as bases para o estabelecimento de uma sociedade sustentável detentora, protetora e fruidora de patrimônios futuros?**

Antes de responder à questão, necessito apresentar a definição de um termo e iluminar outro para não comprometer o entendimento da minha narrativa. Ao citar o termo *patrimônio*, lhe agrego o sentido cabido no conceito de patrimônio integral, referindo-me ao conjunto de bens naturais e culturais, tangíveis e intangíveis de valor reconhecido (como marco de memória, como representação, como vínculo com a ancestralidade, como arte etc)¹.

O segundo termo a tratar é *sustentável*, pois sou das inúmeras pessoas que aceitaram a recente provocação feita pelo intelectual e ativista indígena brasileiro, Aílton Krenak, que nos convidou a refletir sobre os significados e as possibilidades de sustentabilidade na distopia.

Krenak lançou-nos na cara a perspectiva de que a “vida sustentável é vaidade pessoal”². Assim problematiza o alcance das ações individuais para a mudança do paradigma em que vivemos, num mundo cujos recursos se exaurem em crescente velocidade. A provocação me faz lembrar da imagem dos alienígenas do filme *MIB - Homens de Preto*. Eles até podem vestir a pele do ser humano (reduzindo, em escala individual, o consumo e a geração de resíduos) mas ela não cabe perfeitamente, uma hora o conteúdo transborda e rasga o disfarce, porque o que efetiva e concretamente impacta no ambiente (a lógica de produção e consumo) permanece. Me parece fundamental enfrentarmos esse questionamento, em sentido geral, e no que respeita ao patrimônio cultural em especial, pois, algumas das estratégias de preservação e socialização disponíveis e praticadas surtem o efeito contrário, decorrentes da mercantilização da cultura. Me refiro ao turismo cultural, cujos objetivos e dinâmicas são distintos do patrimônio cultural, e que, muitas vezes, exercem pressão sobre as referências patrimoniais, sejam materiais ou imateriais, pois constroem os seus proprietários das mais diversas formas (gentrificação, redução das expressões a efemérides do calendário turístico etc). Se focarmos o olhar na coação que tal modelo exerce sobre patrimônio arqueológico, o que vemos no país é desanimador: desmantelamento das políticas públicas e entidades ambientais e patrimoniais, comprometimento da capacidade de produção de conhecimento³, precarização das condições de trabalho⁴ etc.

¹ Utilizo as categorias cultura, natural, tangível e intangível com o único objetivo de explicitá-las, embora não invista (nem insista) na manutenção dessas dicotomias, aproximando-me, assim, da Antropologia Ecológica de Tim Ingold (INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge.)

² Ver <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/vida-sustentavel-e- vaidade-pessoal-diz-ailton-krenak/>

³ Refiro-me aos cortes orçamentários praticados pelos últimos governos e que atingiram seu ápice com a Portaria MCTI n. 1.122, de 24 de março de 2020, suspendendo, até 2023, o apoio ao desenvolvimento de pesquisas na área das Humanidades.

⁴ Aqui adoto uma perspectiva generalizante, considerando as reformas trabalhistas realizadas nos últimos tem-

Cabe lembrar que a questão da sustentabilidade ganha novo vulto com os impactos provocados pela pandemia do COVID-19. O vírus levou ao esgarçamento do disfarce-pele do alienígena, revelando que apenas medidas amplas que desacelerem o ritmo de produção e consumo têm a capacidade de produzir, em relativamente curto espaço de tempo, a diminuição dos agentes poluentes, de deterioração do ambiente e de agentes patógenos oriundos da indústria alimentícia. E, ainda, no campo do patrimônio cultural, nos provoca a reflexão sobre as formas de uso, fruição e acesso dos bens culturais, para além da questão da gestão de riscos sobre os mesmos, mas também sobre a segurança e a saúde das pessoas que com eles interagem.

Voltando à provocação de Krenak, em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*⁵, o autor propõe, como forma de escapar da armadilha da desesperança e do desespero, criar coloridos paraquedas para se lançar no abismo do mundo convulsionando e colapsando. Em minha opinião, não há paraquedas mais colorido e bonito que o patrimônio cultural.

É pelo patrimônio cultural que podemos preservar e vir a conhecer outras formas de ser e de estar no mundo mais sustentáveis que a nossa, que deixa muitos rastros. A preservação do patrimônio provoca a abertura para outras perspectivas, fundadas na ideia de que sozinhos não podemos nada, mas juntos podemos algo. É pelo patrimônio que podemos nos conhecer e reconhecer na alteridade, como indivíduos-coletivos capazes de articulação e ação em prol de coisas boas de lembrar e de guardar (sem juízo de valor). O patrimônio cultural é meio e produto do enriquecimento e fortificação de nossas subjetividades.

Pelo patrimônio percebo a possibilidade de existência e coexistência com a alteridade no reconhecimento e aceitação de nossa estrutural diversidade cultural. O patrimônio cultural se constitui na existência de diferentes interesses, muitas vezes divergentes, caracterizando-se assim como campo de conflito onde cabem disputa e negociação. Então eu vejo nesse paraquedas que é o patrimônio a sustentabilidade possível para nosso modo de estar no mundo.

Assim sendo, considero a possibilidade de um patrimônio cultural, construído na disputa, escuta e negociação, um paraquedas para uma sociedade sustentável. Mas um patrimônio que seja forjado em uma gestão livre da ideologia da existência de características intrínsecas singulares e resultado de políticas fundadas na compreensão dos processos políticos da memória.

Destarte, em minha opinião, os museus são elementos-chave na costura desse paraquedas. Potencialmente (ou seja, desde que priorizem mais os processos de invenção de patrimônios que as coisas em si), eles são lugares de reconhecimento e de estranhamento, de encontros e de diálogos que podem transformar os indivíduos-coletivos.

Dito isto, volto à questão central, referente às bases para o estabelecimento de uma sociedade sustentável, detentora, protetora e fruidora de patrimônios futuros. Sobre ela, nada a dizer além do já sabido. Entendo que residem na educação as bases para uma sociedade com patrimônios futuros. E, mais uma vez, percebo os museus como elementos estratégicos para a efetivação desse processo.

pos, nos quais, cabe lembrar, deu-se a regulamentação da profissão de arqueóloga/o (Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018).

⁵ KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SALADINO, Alejandra; MUNIZ, Tiago Silva Alves. *Percepções sobre patrimônio cultural, efetividades e possibilidades*.

Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n. 34, p. 326-336, Jul-Dez. 2020.

Os museus têm reconhecido o seu papel e a sua responsabilidade na preservação do patrimônio integral⁶. Igualmente, e em consonância com a Constituição Federal de 1988, admitem que tal objetivo só é possível com o envolvimento da sociedade, desses grupos de indivíduos-coletivos articulados e organizados em torno e em prol da valorização e preservação do patrimônio, desenvolvendo estratégias de desenvolvimento local e sustentável. Assim sendo, continuo a apostar no potencial educativo dessas entidades e na esforço que devem empreender no sentido de desenvolverem planejamentos estratégicos alinhados com as proposições transnacionais para um mundo sustentável, como, por exemplo, a Agenda 2030⁷.

2. O patrimônio cultural é reconhecidamente um campo de conflito e negociação. É possível, atualmente onde os conflitos – bélicos ou não – se multiplicam e agudizam, assegurar a preservação de aspectos inegociáveis?

A Portaria IPHAN n.137/2016, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio, ressalta que o patrimônio cultural é um território de conflito. Assim sendo, a dinâmica do patrimônio cultural está centrada na negociação de perspectivas e interesses. Entretanto, ressalto a existência de aspectos inegociáveis, mesmo nessa arena de disputa.

Entendo que, no âmbito cultural, tais tópicos são os direitos que todas as pessoas têm de criar e preservar suas memórias, suas identidades, gerando, vivenciando e acessando a cultura. Embora reconheça que se tratam, em realidade, de induções no escopo do paradigma colonial, onde cabe uma ideia específica de civilização e humanidade (e o que não é comportado é relegado à margem e à condição de sub-humanidade), estes são, dentro do nosso sistema, as possibilidades de existência e respeito à alteridade⁸.

Atualmente, e cada vez mais, as/os agentes do patrimônio somos provocados a tomar posição e convocadas/os a atuar no campo do patrimônio com o intuito de garantir esses direitos básicos, a despeito de outros interesses. A título de ilustração, destaco o processo de negociação referente ao projeto de implantação da Linha 3 do VLT na cidade do Rio de Janeiro, apresentado pela equipe coordenada pela Profa. Dra. Madu Gaspar no V Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico do MAST. Este me parece ser um caso extraordinário e exemplar de negociação no campo do patrimônio cultural, que levou as/os envolvidas/os a cederem e adaptarem suas demandas, em prol do direito ao respeito ao patrimônio sensível⁹, estabelecendo assim, uma relação entre as políticas de memória e os direitos humanos internacionais.

6 A título de exemplificação, destaco a proposta de criação do Programa Socioambiental na estrutura dos planos museológicos dos museus brasileiros (Decreto nº 8.124/13).

7 Ver <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

8 Para aprofundar o tema, ver HUYSSSEN, Andreas. Os direitos humanos internacionais e a política da memória: limites e desafios. HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

9 Ver http://site.mast.br/hotsite_vsppa/pdf/secao-3/14-cilcair-andrade-et-al-formatado.pdf e

3. Diversos debates na Arqueologia vêm discutindo a importância de uma reflexão situada no presente, seja através da virada etnográfica na Arqueologia, ações de educação patrimonial, ou de muitos outros nomes para Arqueologia (pública, comunitária, inclusiva, social, contemporânea, do/no presente e etc.). Como você vê o esforço e papel de museus para situar esse questionamento no Brasil? E América Latina?

Os arqueólogos gregos Yannis Hamilakis e Aris Anagnostopoulos, na introdução do livro *O que é etnografia arqueológica* (2009), elencam os aspectos característicos da virada etnográfica na Arqueologia, designadamente, a reflexividade crítica, a natureza holística e multissítio, o caráter multitemporal, a relação sensorial com o meio, o compromisso político e a produção de conhecimento como prática coletiva, que ultrapassa fronteiras entre as/os cientistas e os públicos para o qual são dirigidos os estudos.

Ousando ser sintética e, talvez, perigosamente reducionista, compreendo que as principais questões disparadoras desse movimento são as já desafortunadamente essencializadas “para que?” e “para quem?”.

Há, ainda, uma questão fundamental: “como?”. Entendo que este movimento de reconhecimento da dimensão política e ética da ciência se insere num processo de decolonização de discursos e de práticas relacionado às tendências disciplinares e sociopolíticas das ciências humanas e sociais das últimas décadas, que põem em perspectiva as motivações, os intuítos e os objetivos da Arqueologia.

Nesse contexto e, em particular, nas sendas abertas pela decolonialidade, também são observadas algumas ações vinculadas às demais Arqueologias adjetivadas (Social Inclusiva, Comunitária etc), bem como à educação patrimonial¹⁰ e à educação museal¹¹.

E justamente nas possibilidades decorrentes dos questionamentos sobre “para que?”, “para quem” e “como?”, observo outros – novos – pontos de convergência entre a Arqueologia e o mundo dos museus.

Alinho-me ao pensamento da historiadora da arte espanhola, Carmen Oviedo Cueva¹², e do filósofo espanhol Paul Preciado¹³, que ressaltam o caráter performativo do museu, produtor tanto do objeto quanto do sujeito, construindo e legitimando narrativas de poder. Ainda em conformidade com essas referências, endosso a necessidade dos museus deixarem de reproduzir e se comprometerem com a desarticulação dos discursos de poder hegemônicos dos quais ainda são palco, afastando-se assim, da imagem de fábricas de reprodução dessas narrativas por meio de programações e

¹⁰ http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf

¹¹ <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>

¹² CUEVA, Carmen Oviedo. Museos y afectos: la institución cultural como agente político de transformación social. *Pedagogías Invisibles. Arte + Educación*. < <http://www.pedagogiasinvisibles.es/como-podemos-hacer-que-las-instituciones-culturales-empiecen-a-entenderse-a-si-mismas-como-agentes-politicos-de-transformacion-social/> > [Acesso em 20 de fevereiro de 2020]

¹³ PRECIADO, Paul B. Cuando los subalternos entran en el museo: desobediencia epistémica y crítica institucional. *Curso de Cultura Contemporánea “Fuera de foco”*. MUSAC, 2017.

dinâmicas frenéticas orientadas para avaliações quantitativas de seus desempenhos.

Cabe lembrar que esse processo de revisão e crítica sobre a razão de ser dos museus vem de longa data e se estrutura em movimentos já consolidados, comumente conhecidos como Nova Museologia e Museologia Social¹⁴.

Dito isto, importa ressaltar que os museus são peças-chave para a preservação e a socialização do patrimônio arqueológico, bem como para a legitimação dos discursos produzidos a partir deles. Por isso, grande responsabilidade recai sobre eles e é mais que bem-vindo e desejado o crescente interesse dos museus da América Latina de criarem estratégias e mecanismos para trabalhar em conjunto com a sociedade no que se refere à preservação e à socialização do patrimônio arqueológico, tornando-a participante efetiva e ativa das políticas e das práticas museais. Na América Latina, no que diz respeito às políticas curatoriais, temos interessantes experiências de gestão compartilhada, restituição de patrimônio sensível e curadoria coletiva, muitas delas referentes aos processos de indigenização dos museus. Já sobre os discursos produzidos por essas entidades na América Latina, enfatizando aqueles que partem de uma reflexão sobre o presente, entendo que há muito por fazer e que os esforços com resultados concretos vêm das sinergias entre a Etnografia Arqueológica e da Museologia Social, tendo na Musealização da Arqueologia um espaço comum onde possam ser efetivadas essas ações.

Entendo ser imperativa a participação ativa da sociedade nos processos museais dedicados a refletir sobre o presente e o futuro em nosso continente. Está em questão a manutenção da hegemonia ou a hierarquia das narrativas científicas nos discursos e nas práticas sobre as memórias dos grupos sociais. É prioridade urgente atualizar os discursos e circuitos museográficos anacrônicos em relação à produção do conhecimento e às demandas da sociedade. Afortunadamente, há diversos casos de boas práticas que podem ser destacados. Apenas para citar alguns, vale lembrar da exposição “Resistência Já”, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP¹⁵, da gestão compartilhada e restituição de remanescentes humanos no Museu de La Plata¹⁶, na Argentina, do Ecomuseu de

¹⁴ Para conhecer um pouco mais, consultar:

DECARLI, G. *Vigencia de la Nueva Museología en América Latina: conceptos y modelos*. Revista ABRA, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional, Editorial EUNA, Costa Rica, julio – diciembre, 2004. Edición electrónica www.ilam.org *Mitos y realidades de la Gestión de Colecciones su transparencia en América Latina*, S/F ILA

¹⁵ O MAE/USP tem passado por um processo de revisão e reestruturação de suas práticas museais, experimentando possibilidades de indigenização, por meio de curadoria e gestão compartilhada de acervos arqueológicos e etnográficos, alinhado, portanto, com a lógica da decolonização de museus. A exposição supracitada, resultou em um discurso que contempla visões distintas, designadamente a institucional/científica e as dos povos co-autores do projeto, Terena, Guarani Nhandewa e Kaingang. Para saber um pouco mais, consultar: CURY, Marília Xavier. Lições indígenas para a descolonização dos museus. Processos comunicacionais em discussão. *Cadernos CIMEAC*, v. 7, nº1, 2017, p. 184-211 < <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2199/3708> > [Acesso em 25 de março de 2020]

¹⁶ O Museu de La Plata é uma das instituições paradigmáticas para as políticas de restituição de patrimônio sensível, compreendido como os remanescentes humanos e objetos rituais e mortuários dos descendentes dos povos originários. Nas últimas décadas têm analisado diversos pedidos de restituição, alguns mediáticos, outros nem tanto, mas igualmente importantes para a descolonização do discurso e práticas museais. A título de ilustração, sugiro alguns documentários e filmes, que retratam esses processos: *La historia invisible* (direção de Claudio Remedi), *Damiana* (direção de Alejandro Fernández Mouján) e *Inacayal* (direção de Myriam Angueira e Guillermo Glass).

Túcume¹⁷, no Peru e dos museus comunitários criados ao longo da Rota do Spondylus¹⁸, no Equador.

4. Como refletir juntos aos profissionais do patrimônio e sociedade visando compreensão da Arqueologia não somente sobre as sociedades do passado? Como refletir sobre políticas patrimoniais voltadas para o presente e futuro preservando a sustentabilidade e autonomia?

Antes de mais nada, gostaria de refletir sobre o termo “profissionais do patrimônio”. Quem são eles? Considerando o conceito de Ciências do Patrimônio – uma noção que representa o campo transdisciplinar constituído pelas ciências humanas e naturais, destacando-se a Ciência da Conservação, a Ciência Arqueológica, a Ciência Museológica e a Ciência do Restauro, que contempla, de acordo com o arquiteto Willi de Barros, da Universidade Federal de Minas Gerais, “aspectos físicos e materiais que dão suporte à Conservação-Restauração, mas também à gestão, registro, documentação e interpretação do patrimônio cultural”¹⁹ – profissionais do patrimônio somos todos aqueles que, independente de nossa formação e filiação institucional, nos dedicamos ao estudo das referências patrimoniais, sua preservação e socialização. Me parece estrategicamente interessante nos percebermos como um coletivo – heterogêneo e complexo pelas especificidades de nossas formações e mesmo interesses, mais ou menos imediatos – mas que, decididamente, trabalham com a cultura material reconhecida e valorada como patrimônio, se for de interesse trabalhar a partir de uma perspectiva transdisciplinar, potente para a problematização das fronteiras e hierarquias disciplinares.

Por tudo isso, arqueólogas/os, e outras/os cientistas do patrimônio dedicadas/os à sua preservação e socialização, precisam se conhecer e reconhecer e, então, definir pautas e planos de ação com vistas a estabelecer uma relação com a sociedade com o propósito de alcançar os objetivos e as metas das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Coincidindo com as arqueólogas espanholas María Ángeles Querol e Alicia Castillo Mena, da Universidad Complutense de Madrid, compreendo que a Arqueologia, independente de dedicar-se ao estudo das sociedades do passado (mais ou menos remoto), devota-se, isto sim, às inquietações e questionamentos da sociedade do presente²⁰. Em outras palavras, busca no passado, aquilo que

¹⁷ O Ecomuseu do Túcume é vizinho do sítio arqueológico de mesmo nome, na costa norte do Peru. Seu trabalho com as comunidades locais, especialmente com as escolas e associações de artesãos/ões e agropecuárias/os, foi reconhecido por meio do Prêmio Íbero-americano em Educação de Museus, com o qual potencializou suas ações de turismo sustentável e preservação do patrimônio integral, como apoio às manifestações folclóricas e realização de oficinas ecológicas.

¹⁸ O roteiro compreende as províncias da costa equatoriana, além de regiões ao norte do Peru, onde são desenvolvidos projetos de turismo sustentável, cuja ênfase recai sobre o patrimônio integral, articulando sítios arqueológicos, museus, manifestações e expressões culturais regionais e outros lugares de memória.

¹⁹ GONÇALVES, Willi de Barros. *Ciência do Patrimônio. Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio*. < <http://lacicor.eba.ufmg.br/antecipa/index.php/ciencia-do-patrimonio/> > [Acesso em 20 de fevereiro de 2020]

²⁰ “Lo verdaderamente importante del pasado es el presente, está en el presente, en el modo en que se usa ese pasado para conocer y comprender el presente.” QUEROL, María Ángeles; CASTILLO, Alicia. *Entre homínidos y elefantes: un paseo por la remota Idad de la Piedra*. Alcalá de Henares: Ed. Doce Calles / Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, 2002.

interessa no momento atual e que pode ser relevante para construir um futuro. Isto precisa ficar claro para as/os agentes envolvidas/os na preservação e socialização do patrimônio arqueológico.

A educação (patrimonial e museal) é o meio pelo qual é possível socializar e consolidar essa ideia. Não é à toa que a atual gestão da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (REMAAE) possui representações das áreas-chave para a preservação do patrimônio arqueológico, nomeadamente, a Arqueologia, a Conservação/Restauração, a Educação e a Museologia²¹.

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, já nos alertava que o patrimônio ultrapassa as fronteiras do Estado e o alcance de suas políticas, com suas normas e instrumentos. A sociedade tem um papel fundamental de legitimação e de cooperação na preservação e, portanto, na eficácia das políticas (numa menção direta ao Art. 215 da Constituição Federal de 1988).

Dito isto, entendo que políticas patrimoniais voltadas para o presente e o futuro, dedicadas à preservação da sustentabilidade e da autonomia exigem agentes ativas/os e participativas/os, capazes de desenvolver processos e projetos que levem em conta os acordos prévios no que diz respeito à sustentabilidade e ao desenvolvimento local. Para isso, as/os agentes envolvidas/os necessitam atuar de forma ativa, com escuta aberta e sensível às perspectivas divergentes.

Compreendo que passamos por um momento de aprendizado, lamentavelmente numa conjuntura desfavorável e complexa. Entretanto, acredito ser possível pensar políticas para o presente e o futuro. No plano transnacional, considero os objetivos para o desenvolvimento sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)²² como diretrizes fundamentais para as políticas do patrimônio cultural que, no meu entendimento, tornaram-se incontornáveis com a pandemia do COVID-19²³. A título de ilustração, resalto o Objetivo 11, *Cidades e Comunidades Sustentáveis*²⁴, que sugere a participação cidadã na governança e na gestão da cidade, extensível, obviamente, à gestão do patrimônio cultural.

Já na esfera organizacional do patrimônio cultural brasileiro, são destacados os esforços no sentido de reconhecer que o patrimônio cultural é um território de conflito e, portanto, dinâmico e em permanente negociação. No âmbito dos dispositivos infralegais, destaco políticas de destaque a Portaria IPHAN n.137/2016²⁵ e a Portaria IPHAN n. 375/2018²⁶, que institui a Política de Preservação do Patrimônio Material. Politicamente, destaco a atuação das/os especialistas

21 A atual coordenação da REMAAE é composta por Mario Junior Polo, do MN/UFRJ (representando a Arqueologia), Ana Carolina Montalvão (representando a Conservação/Restauração), Maurício André da Silva, do MAE/USP (representando a Educação) e Paulo Otávio Laia, da UFMG (representando a Museologia).

22 <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

23 A título de ilustração, destaco a ação *Arte em Emergência*, desenvolvida pelo Museo Thyssen-Bornemisza, de Madrid. Em plena quarentena, o museu propôs que o público participasse, durante 17 dias, de uma espécie de jogo/concurso, cujo objetivo tratava de vincular alguma obra do seu acervo com um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU. Outros dados sobre a ação: https://www.educathyssen.org/actividades/concurso-arte-emergencia?fbclid=IwAR3sCVk_40z-sNdO6FPKwDlihtwKyjvnN5qlz_Lw4R-PzpOyIBmQbW5m7e8

24 https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/wp-content/uploads/sites/3/2016/10/11_Spanish_Why_it_Matters.pdf

25 http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf

26 http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf

envolvidas/os fundada na virada etnográfica na Arqueologia e, em última instância na hermenêutica pluritópica do semiólogo argentino Walter Mignolo²⁷. Metodologicamente, destaco os estudos de percepção social e as ações que, a partir de metodologias participativas, convidem e integrem as/os agentes nos processos decisórios sobre a preservação e socialização do patrimônio cultural. Em meu entendimento, compreendo serem estas as perspectivas e as técnicas importantíssimas para a quebra da percepção de “dar voz” às/aos subalternizadas/os. Não se trata de “dar voz” se o objetivo for, concreta e efetivamente, decolonizar as narrativas e as ações referentes às políticas patrimoniais. Em meu entendimento, se trata mais de “sair de cena”, ceder o espaço para essas vozes ecoarem e reivindicarem seu lugar na construção do saber e na preservação do patrimônio.

E, por fim, percebo na Musealização da Arqueologia (enquanto campo, método e política) a estratégia eficaz para o êxito dos processos patrimoniais voltados para o presente e o futuro²⁸.

5. O contra-argumento ao repatriamento de coleções etnográficas e materiais arqueológicos é comumente relacionado à falta de infraestrutura para salvaguarda de tais materiais em seus países de origem. Ainda que tenhamos tal estrutura, você pensa que o incêndio do Museu Nacional possa fomentar tal argumento e como novas políticas patrimoniais podem ser orientadas para mudar essa imagem do Brasil para o exterior?

Sobre o incêndio do Museu Nacional, sugiro a leitura de meu Q & A publicado em periódico da Universidade de Leicester²⁹. Ressalto o trabalho realizado pela equipe de Resgate do Museu Nacional no sentido de repensar as políticas e práticas curatoriais do acervo. E vale destacar as cooperações técnicas que a instituição celebrou para tratar de questões específicas, citando como exemplo, o apoio de especialistas italianos para a recuperação dos afrescos de Pompeia.

Entendo que, em certos casos, o potencial científico das coleções foi intensificado. Alguns itens podem ter perdido seu valor para coleções de referência, mas apresentam elementos importantes para o desenvolvimento de estudos das Ciências do Patrimônio, especificamente a Conservação e a Restauração, concretamente sobre gestão de riscos, conservação e restauração e recuperação de informações (como, por exemplo, documentos calcinados e carbonizados). Além do mais, há

²⁷ A hermenêutica pluritópica é efetiva e concretamente alinhada à decolonialidade, visto que produzida no Sul e sobre as possibilidades de decolonização das subalternidades e singularidades do Sul. Para aprofundar sobre o tema, consultar: RIBEIRO, Adelia M. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, V.14, Nº, 1, jan-abr 2014, p. 66-80 e BALESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, nº 11, 2013, p. 89-117. < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt > [Acesso em 30 de março de 2020]

²⁸ Para aprofundar o tema, consultar: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia no Brasil: uma estratigrafia de abandonos e de desafios. BRAGA, Eneida; COSTA, Ana Lourdes de Aguiar (orgs.) *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: IBRAM, 2018. <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Anais_200anosMuseusBrasil_FINAL.pdf> [Acesso em 10 de outubro de 2019]

²⁹ Meses depois ao incidente, foi publicado um Q & A na revista *Museological Review: (des)empowered museums*, da Universidade de Leicester (https://le.ac.uk/museum-studies/about/journals/museological-review?fbclid=IwAROMcl-nAkhMozrWYgSRamiqGoUD1R1Y%E2%80%94E_laiCNvio5giLgQeF6kgzRzEI).

um fato incontornável: o incidente faz parte da memória institucional e de seu acervo, constituído pelo trabalho de cientistas ao longo de duzentos anos, sendo a mais antiga instituição de pesquisa do país, que possuía o maior acervo da América Latina. As coleções têm uma história, ainda que, hoje, estejam fragmentadas e comprometidas em sua integridade física e documental. Em minha opinião, o valor simbólico das coleções foi intensificado. Os adornos coletados por Luiz de Castro Faria³⁰ nos sepultamentos do Sambaqui Cabeçuda e resgatados do rescaldo (tarefa à qual tive a honra de participar, como arqueóloga voluntária da equipe de resgate) e tantos outros materiais que representam a história da instituição e da ciência brasileira são marcos dessas memórias, com as quais temos de aprender algo.

Refletindo sobre a mudança da imagem do Brasil no exterior por meio de novas políticas patrimoniais, gostaria de problematizar um ponto. Em meu entendimento, precisamos mudar, antes de tudo, a imagem que temos de nós mesmos e para nós mesmos, em toda a nossa multiculturalidade. Mas se a questão é preocupar-se com a imagem que estrangeiros têm sobre o tratamento que damos às nossas referências patrimoniais é preciso mudar o tratamento dado especialmente a alguns segmentos sociais, como os povos indígenas, quilombolas etc. Além do mais, incidentes como o que aconteceu ao Museu Nacional é uma possibilidade para qualquer lugar que descuide da gestão de risco ou onde ocorra um fenômeno natural de grande impacto. Entendo ser importante, isto sim, cuidar da imagem que grupos invisibilizados e subalternizados têm das instituições e das/os agentes de pesquisa que guardam e estudam suas memórias materializadas em coisas, em registros, e em outros tipos de amostras.

Assim sendo, entendo que novas políticas patrimoniais precisam se manter acordes com os princípios das convenções internacionais, devidamente regulamentadas e com possibilidade de efetiva implantação ainda que, na atual conjuntura do país, seja este um desafio descomunal. Mas esse é assunto para uma outra conversa.

³⁰ Luiz de Castro Faria, museólogo de formação e naturalista de profissão, foi um dos personagens-chave para o desenvolvimento da Arqueologia no país e para a consolidação de políticas de preservação do patrimônio arqueológico. Em 1950 e 1951, sem equipe, coletou materiais associados a estruturas funerárias e outras áreas do Sambaqui Cabeçuda. Para aprofundar sobre o tema, consultar: KLOKLER, Daniela. Adornos em concha do sítio Cabeçuda: revisita às amostras de Castro Faria. *Revista de Arqueologia*, v.27, n.2, 2014, p.150-169 < <https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/408> > [Acesso em 30 de março de 2020] e SALADINO, Alejandra. Um panorama de las prácticas funerárias de las gentes sambaquieiras del Sambaqui Cabeçuda. *Arqueología: Memoria del 56º Congreso de Americanistas*. Universidad de Salamanca, 2018, p. 310-317. < <https://books.google.com.br/books?id=Mf1kDwAAQBAJ&pg=PA313&lp-g=PA313&dq=alejandra+saladino+56+congreso+americanistas&source=bl&ots=r75gWVHuQq&sig=ACfU3U1ksdYNut-fqenFp4aScnYn6FpoAcQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKewiy2fHM7cLoAhW4HbkGHeR5CVgQ6AEwAnoECAoQAQ#v=onepage&q=alejandra%20saladino%2056%20congreso%20americanistas&f=false> > [Acesso em 30 de março de 2020]